



A INCLUSÃO COMO MUDANÇA DE PARADIGMA: DA LÓGICA DA INTEGRAÇÃO À CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

Ítalo Andrade Lima¹

¹Mestre em Filosofia – Universidade Estadual do Ceará (UECE)

italoandradelima@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4264392248265742>

Paula Tércia Fonteles Silva²

²Mestre em Filosofia – Universidade Estadual do Ceará (UECE)

tarciapaula368@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5596814862406699>

AT01: Educação Inclusiva na Educação Básica.

RESUMO: A educação inclusiva constitui uma mudança significativa no campo educacional ao propor a reorganização das práticas escolares a partir do reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo da experiência educativa. O presente estudo tem como objetivo analisar as diferenças entre os paradigmas da integração e da inclusão, com ênfase em seus fundamentos teóricos e implicações para a organização do trabalho escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em produções acadêmicas da área e em dispositivos legais que orientam a educação especial no Brasil. A reflexão aqui proposta evidencia que, embora a integração tenha representado um avanço ao ampliar o acesso de estudantes com deficiência ao ensino regular, sua lógica permanece ancorada na adaptação do sujeito às estruturas escolares já estabelecidas. Em contrapartida, a inclusão desloca esse eixo ao atribuir à escola a responsabilidade de reorganizar suas práticas, currículos e relações para acolher a diversidade. Observa-se que a efetivação desse paradigma não se limita a ajustes pontuais, mas implica transformações estruturais e culturais no cotidiano escolar. Conclui-se que a educação inclusiva ultrapassa a dimensão do acesso, constituindo um princípio orientador de uma escola comprometida com a equidade e o direito à aprendizagem de todos.

Palavras-chave: Educação; Inclusão escolar; Integração.

Iniciamos este trabalho destacando a perspectiva inclusiva da educação. Para tanto, devemos salientar as características que diferem tal concepção àquela de integração. Pois bem, ao considerarmos a concepção de educação que valoriza somente a integração, compreendemos que ela tem como alvo a intervenção no ambiente escolar, de modo a assegurar que crianças com deficiência possam ingressar e prosseguir seus estudos em um meio formal de educação, a escola regular. Nesse sentido, este estudo se desenvolve a partir de uma abordagem bibliográfica e documental, buscando analisar criticamente tais concepções e suas implicações no campo educacional. Preocupada em assegurar o direito



fundamental de acesso à educação, a integração concede ao indivíduo a tarefa de adequar-se à escola, adaptando-se ao cotidiano escolar.

A integração, nestes termos, representa uma concepção que, por um lado, abre as portas da escola ao público em geral, por outro, sem considerar as particularidades de cada educando, tal abordagem termina por representar uma espécie de padronização geral. É salutar evidenciarmos que a concepção de integração decorre de uma determinada concepção pedagógica, em geral, de caráter tradicional, pautada na passividade do educando e que reproduz e reforça no ambiente escolar toda a estrutura da forma de sociabilidade vigente. Este termo também denota certa concepção de educando, qual seja, aquele que não reflete, mas tão somente apenas aquele que recebe conteúdo.

A estreita relação entre integração e Pedagogia Tradicional traz consigo diversas consequências no trabalho pedagógico, no processo de ensino-aprendizagem e, sobretudo, nas relações que se inauguram no ambiente escolar, sobretudo quando tratamos do acolhimento de pessoas com deficiência. Longe de se observar as singularidades de cada sujeito, suas necessidades específicas e condições primordiais para o pleno desenvolvimento, tal abordagem tende reforçar que não é a escola quem deve se adaptar para melhor recepcionar cada educando, ao contrário, o procedimento é justamente de reforçar que cada um se adeque às condições daquele ambiente específico de ensino.

Sobre essa perspectiva, Mantoan (2003) destaca que a integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor. Já a inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou grupo de alunos que não foram anteriormente excluídos. A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que terá de se adaptar às particularidades de todos os alunos para concretizar a sua metáfora — o caleidoscópio.

A mudança de paradigma que possibilitou ultrapassar a abordagem de concepção de integração para uma abordagem inclusiva representa, sobretudo, uma profunda crítica à Pedagogia Tradicional, assim como significa uma profunda valorização do “outro” e a



compreensão da escola como espaço de promoção de igualdade de possibilidades. Nesse processo de análise, considera-se também que a investigação realizada articula referenciais teóricos e normativos que permitem compreender tais transformações no campo educacional. Vejamos:

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades (MANTOAN, 2006, p. 31).

Conforme exposto, a concepção de Educação Inclusiva conflita-se com aquela de Integração. Os reflexos desta disparidade não estão restritos somente quando pensamos numa diferença conceitual-teorética, no campo das formulações; ao contrário, para além desta dissimetria há, também, uma larga distinção no campo da prática, da atuação e dos desdobramentos resultantes da opção por uma destas abordagens. Sobre isso, Mantoan (2003, p. 230) afirma que:

De certo que a inclusão se concilia com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior: o que recai sobre o fator humano. Os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação, na escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se efetivar os processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a formação do pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias, enfim, uma sustentação aos que estarão diretamente implicados com as mudanças é condição necessária para que estas não sejam impostas, mas imponham-se como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano.

Ainda tratando da dissemelhança entre inclusão e integração, Adriene Corrêa, no livro *Princípios e processos da educação inclusiva* considera que “a diferença entre esses modelos está na filosofia, níveis de interação entre os alunos e níveis de comprometimento e envolvimento dos professores da educação regular e especial” (CORRÊA, 2018, p.144). Todavia, deve-se salientar que tal diferença resulta em desdobramentos práticos, pois, apesar da integração ter contribuído para a educação inclusiva que temos hoje, os modelos de integração não conseguem, nem de longe, cumprir com os objetivos e princípios da educação inclusiva (CORRÊA, 2018, p.144).



Um dos argumentos centrais para tal consideração é o fato de que a integração apenas minimiza a exclusão (CORRÊA, 2018, p.146), não conseguindo promover interações e oportunidades de aprendizagem necessárias para que todos os alunos possam estar juntos e aprender uns com os outros (CORRÊA, 2018, p.147). Desta feita, a integração está circunscrita à abertura da escola para o recebimento de todos os educandos, contudo, sem preparação suficiente para este movimento.

Nesse contexto, a educação no Brasil também está permeada por um conjunto de avaliações externas que influenciam a estrutura da educação básica e superior, interferindo de modo particular no atendimento dos estudantes com deficiência. Ao passo em que na abordagem inclusiva ocorre a valorização da diversidade como princípio central do ambiente escolar, compreendendo que todos os alunos devem ter oportunidade de desenvolver suas potencialidades. Conforme Pilar Sánchez (2005, p. 12):

É desse modo que o conceito de inclusão trata de abordar as diferentes situações que levam à exclusão social e educativa de muitos alunos. E dessa forma, faz referência não somente aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas a todos os alunos das escolas [...] as escolas devem estar preparadas para acolher e educar a todos os alunos e não somente aos considerados como “educáveis”.

Sendo assim, não são os alunos que devem se adaptar ao ambiente e aos padrões preestabelecidos, ao contrário, a escola e toda a comunidade escolar é que deve observar, atender e propiciar todo o suporte necessário para o pleno desenvolvimento de todos os alunos, estimulando e enaltecendo a diversidade e a interação. Nesse sentido, a escola se constitui como espaço de todos e para todos (CORRÊA, 2018, p.177).

Nesses termos, também compartilhamos da concepção de Mantoan (2003, p.233), ao afirmar que o aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adoção de princípios educacionais válidos para todos os alunos resultam na inclusão escolar, transformando a própria concepção de educação especial em uma perspectiva voltada à heterogeneidade dos aprendizes.

A inclusão perpassa por saber quais as necessidades particulares que os alunos possuem deficiências, déficits de aprendizagem antes de incluí-los na rede regular de ensino. É nesse espaço que serão construídos os cidadãos de amanhã, estes que precisam ser



orientados a como viver com as diferenças, respeitando os outros que estão ao seu lado, para construir uma sociedade digna e democrática.

Por fim, compreende-se que a educação inclusiva representa uma mudança de paradigma que ultrapassa a simples inserção de estudantes com deficiência no sistema escolar, configurando-se como uma transformação estrutural, pedagógica e cultural. Trata-se de um movimento que valoriza a diversidade, redefine o papel da escola e reafirma o direito à educação como princípio fundamental.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Adriene Portela. **Princípios e processos da educação inclusiva**. Recurso digital - 1ª ed. - Porto Alegre: Busqui, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Integração x Inclusão: escola (de qualidade) para Todos**, 2003. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.9.htm>>. Acesso em: 07 out. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MANTOAN, Teresa Eglér Mantoan. **Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha**. In: ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos os no século XXI**. BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Ano I. nº 01. Outubro/2005. Brasília: MEC/SEESP.